

INCLUIR PARA NÃO EXCLUIR: A VIVÊNCIA DOS PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL “LIVRE APRENDER”

Ana Rita Rafaela da Silva¹

Leopoldo Oscar Briones Salazar²

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a atuação dos professores no processo de inclusão, no contexto da Educação Especial na Escola Estadual Livre Aprender. Também guiou-se pelos objetivos de produzir um relato sobre a legislação vigente da educação especial no Brasil, apontar a relevância da preparação dos professores para atuarem no processo de inclusão desenvolvido na educação especial; pontuar as percepções dos professores da Escola Estadual Livre e Aprender. **Método:** além da revisão de literatura (pesquisa bibliográfica) fez-se uso do questionário aberto aplicado junto aos professores da educação especial na Escola Estadual Livre Aprender localizada no município de Cuiabá-MT, a fim de conhecer a percepção dos professores sobre os desafios e benefícios da educação especial. **Resultados:** por meio da análise dos questionários respondidos, percebeu-se a necessidade de se oferecer melhores condições de trabalho e recursos pedagógicos que possibilitem, ao professor da educação especial, desempenhar suas atividades com maior efetividade e eficiência, suprimindo a demanda e necessidades dos deficientes atendidos pela educação especial da Escola Estadual Livre Aprender. **Conclusão:** acredita-se que os professores da educação especial, apesar dos desafios e da necessidade de melhores condições e mais recursos pedagógicos, se empenham em ofertar aos deficientes inseridos na educação especial estratégias que permitam aos mesmos construir novos conhecimentos, competências e certa autonomia, preparando-os para inclusão social e até mesmo para o ensino regular. Ainda assim, é imprescindível que se invista mais e mais no aperfeiçoamento dos profissionais da educação, tanto daqueles que atuam na educação especial quanto do ensino regular, pois uma educação de qualidade, eficiente e eficaz permite o crescimento e desenvolvimento de um país.

Palavras-chaves: Pessoas com Deficiência. Educação especial. Inclusão. Vivência. Professores. Escola Estadual Livre Aprender.

ABSTRACT

Objective: general objective to analyze the performance of teachers in the process of inclusion in the context of Special Education in the State Free Learning School. Produce an account of the current legislation of special education in Brazil, to point out the relevance of the preparation of teachers to act in the process of inclusion developed in special education; punctuate the perceptions of the teachers of the Free State School and Learn. **Method:** Besides the literature review (bibliographic research), the author used the open questionnaire applied to special education teachers at the State Free Learning School located in the city of Cuiabá-MT, in order to know the teachers' perceptions about the challenges and benefits of special education. **Results:** through the analysis of the questionnaires answered, it was noticed the need to offer better work conditions and pedagogical resources that enable the special education teacher to carry out his activities with greater effectiveness and efficiency, supplying the needs and needs of the disabled attended by the special education of the State Free Learning School. **Conclusion:** it is believed that special education teachers, despite the challenges and the need for better conditions and more pedagogical resources, strive to offer to the disabled in the special education

¹ Mestranda na UDS.

² Doutor em Ciências da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Chile (2000). Mestre em Ciências da Educação, Menção Currículo. Licenciado em Linguística. Formado na Pontifícia Universidade Católica de Chile. Diretor Programas de Pós-graduação Universidade Internacional SEK, Chile. Coordenador Unidade de Desenvolvimento Curricular Centro tecnológico Pontifícia Universidade Católica de Valparaíso, Chile. Especialista em Gestão Acadêmica Universitária e em Gestão Educativa. Leopoldobriones@gmail.com

strategies that allow them to build new knowledge, skills and a certain autonomy, preparing them for social inclusion and even for regular education. Still, it is imperative that you invest more and more in the improvement of education professionals, both those who work in special education and regular education, because quality, efficient and effective education allows the growth and development of a country.

Key-words: People with Disabilities. Special education. Inclusion. Experience. Teachers. Free State Learning School.

INTRODUÇÃO

“Devemos dar a cada um a oportunidade de aprender pela vida e para a vida”.

Silas Rodrigues Andrade

Hoje muito se fala na questão da inclusão dos deficientes em uma classe especial de ensino, entretanto ainda existem inúmeras dificuldades a ser superada nas escolas, inclusive a preparação de professores atuarem no processo de inclusão, de maneira que o educando sintasse realmente integrado ao ambiente escolar.

De maneira simples, pode-se dizer que as leis são elaboradas, promulgadas a fim de assegurar o exercício de um direito individual, coletivo, para manter a paz social. Portanto, quando se diz no texto constitucional que a educação trata-se de um direito social assegurado a todo e qualquer cidadão, incluem-se até mesmo os deficientes, desde a tenra idade. Assim sendo o ambiente escolar deve estar apto, adequado, preparado para receber e incluir tais pessoas, fornecendo-lhe todos os recursos e ambientação necessários ao seu desenvolvimento e formação, tendo ou não limitações que dificultam, mas não impedem a construção de conhecimento e a autonomia desses indivíduos.

Quando se fala “incluir”, se quer dizer que as condições e os recursos essenciais ao processo de inclusão devam estejam disponíveis aos alunos deficientes, bem como os profissionais da educação precisam estar preparados, habilitados e capacitados a lidar com a diversidade e com as necessidades impostas pela deficiência.

A luta dos deficientes para serem reconhecidos como indivíduos capazes, que possam contribuir com a sociedade, exercendo uma atividade laboral, pode-se dizer que se trata de uma história paralela a história humana. Pois até bem pouco tempo, início do século XIX, os deficientes eram encarados como indivíduos incapazes, representação do castigo divino atribuído a uma família pecadora, a margem da sociedade, vergonha da família, esquecidos em asilos até o fim da vida.

A legislação (nacional e internacional) assegura aos deficientes que suas conquistas adquiridas no transcorrer do tempo, serão exercidas de maneira plena e eficiente, até mesmo o acesso ao processo de ensino aprendizagem, a educação, muitos conseguem se capacitar e a exercer atividade laboral e serem autônomos.

A Escola Estadual Livre Aprender, localizada no município de Cuiabá-MT, criada para fornecer aos deficientes em idade escolar uma educação especial. O presente estudo tem como objetivo discutir a inclusão, ou seja, a educação inclusiva desenvolvida nessa instituição a partir

da percepção dos profissionais da educação. Portanto, indaga-se: os professores estão preparados para lidar com as necessidades das deficiências no processo de inclusão?

Segundo Mittler (2003) a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas, e assim assegurar que todos os indivíduos tenha acesso a educação. É necessário que se faça uma reflexão sobre a filosofia político pedagógica da escola e a prática dos professores. É um repensar nos valores e objetivos que a escola tem ou pretende ter no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem de seus alunos. Conforme o autor, o ideal seria não enfatizar os defeitos e as limitações, mas as habilidades a serem potencializadas. Isso poderia ser feito através de avaliações onde se pudessem detectar "pontos fracos e fortes" das crianças especiais para, a partir disto, fazer um diagnóstico e planejar um programa de intervenção junto às mesmas, onde os pontos fortes seriam potencializados e os fracos minimizados.

Apoiar à criança com dificuldade de aprendizagem para que ela se adapte ao sistema educacional e vice versa. Assim, seria necessário que, primeiramente, a escola se adaptasse as crianças com deficiência para depois as mesmas conseguirem se adaptar não somente à escola, mas à sociedade como um todo. Este processo de intervenção não é específico para o grupo de crianças ditas deficientes, mas sim, para todas, afinal, sempre haverá diferenças individuais dentro da escola que deverão ser trabalhadas. Todas precisam de um bom ensino que leve em conta os padrões individuais de aprendizagem.

Além disso, os professores devem manter viva essa curiosidade ardente e essa capacidade mágica de admiração. Assim sendo, é necessário estar em constante aprimoramento e estar em busca de novas diretrizes para que executem com primor tal função – coordenadores do saber.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar atuação dos professores no processo de inclusão no contexto da Educação Especial na Escola Livre Aprender. E, os objetivos específicos: produzir um relato sobre a legislação vigente da educação especial no Brasil, apontar a relevância da preparação dos professores para atuarem no processo de inclusão desenvolvido na educação especial; pontuar as percepções dos professores da Escola Estadual Livre e Aprender.

O desenvolvimento se deu em duas fases: primeiro se fez uma revisão de literatura, para então aplicar um questionário com os professores da escola Estadual de Educação Especial Livre Aprender, localizada na cidade de Cuiabá no Bairro Areão, Rua A, nº 1.597, CEP 78.010-333, centro Leste, foi selecionada como campo de observação e aplicação de questionário aberta com as professoras de educação especial que atuam na presente instituição

de ensino. Dentre as XX apenas quatro (4) se prontificaram a colaborar com a presente pesquisa, respondendo o questionário que lhes foi entregue no mês de março de 2019.

O questionário composto de oito (08) questões (em apêndice) tem como foco averiguar se os professores dessa instituição, cujas diretrizes se propõe a atender tão somente crianças deficientes, ou seja, se restringe a oferta educação especial, apresentam as devidas competências e habilidades necessárias para suprir as demandas e necessidades dos alunos com deficiências e limitações.

Essa inclusão, através da integração, socialização, independentemente das limitações apresentadas pelas crianças, por assim dizer, visa preparar os alunos para convivência social e, possivelmente para serem inseridos em salas regulares de ensino. Durante a aplicação do questionário, observaram-se as atividades realizadas em sala de aula, com alguns registros fotográficos, os quais são apresentados no item resultados e discussões.

A Escola Estadual de Educação Especial Livre Aprender

A Escola Estadual de Educação Especial Livre Aprender localiza-se na cidade de Cuiabá no Bairro Areão, Rua A, nº 1.597, CEP 78.010-333, centro Leste. A Escola funcionou durante dez anos como referência no atendimento a crianças com os mais diversos graus de comprometimento desde a mais leve a mais severa deficiência. Em 11/08/1997, a instituição não teve mais condições de atendimento. Diante da necessidade de fechar as portas foi um caos, famílias desesperadas, sociedade inconformada e, sobretudo crianças desamparadas. Para solucionar o problema o Estado assumiu a criação de uma nova escola, dando início ao processo de estadualização, tendo como Diretora Pró-Tempore a Professora Zenaide Trindade Alves, que conduziu o processo de estadualização, assegurando assim a continuidade do atendimento especial. No Diário Oficial de 26 de março de 1998 foi então publicada a criação da Escola Estadual de Ensino Especial Asa Branca. Localizada a Travessa Coronel Costa Marques, nº. 48; bairro Duque de Caxias, num prédio alugado, atendendo 45 alunos.

No mês de maio de 1998, a professora Zenaide Trindade Alves, até então acumulando as funções de diretora-Pró-Tempore e coordenadora pedagógica da escola, pede seu afastamento da Direção, apresentando a professora Lucélia Glória Peixoto da Silva que passa a responder pela Direção da escola.

Sua nomeação foi publicada em Diário Oficial de 08/09/1998.

Com a grande procura por vagas e a necessidade de continuar proporcionando atendimento adequado e práticas pedagógicas baseadas no respeito às diferenças individuais, o espaço físico ficou inadequado pelo aumento do alunado. Aproveitando o momento e diante da

necessidade de fazer retificação e alterações em sua denominação, foi sugerida a nova denominação da escola, ou seja, Escola Estadual de Ensino Especial Livre Aprender, aceita pela comunidade escolar.

Em fevereiro de 1999, a escola passou a funcionar no novo endereço Rua Geraldo Dechamps de Almeida n°. 240, bairro Jardim Petrópolis, Prédio alugado, atendo 95 alunos.

A nova denominação da Escola foi publicada no Diário Oficial de 12 de Maio de 1999. Escola Estadual de Ensino Especial Livre aprender.

Em setembro de 1999 em Assembleia Geral elege-se o 1º Conselho Deliberativo Escolar, tendo como Presidente a Professora Jucineide Maria Silva. Esse conselho organizou a comissão responsável pelo processo eleitoral da 1ª eleição para escolha da Direção. Sendo eleita à Professora Zenaide Trindade Alves - biênio 2000 e 2001.

Diante da proposta do governo federal (escola para todos) aumentou a demanda de alunos em busca de vaga, tornando o espaço da escola pequeno mediante a procura. Assim foi necessária a busca de um espaço para a organização das salas de aula, garantindo o direito de educação a todas as crianças conforme preconiza na legislação brasileira.

Mediante a procura a equipe gestora elaborou uma proposta pedagógica na qual contemplasse todos os alunos. Assim a escola foi organizada onde os alunos com idade igual ou superior de 14 anos participassem de um programa de Educação de Jovens e Adultos e de iniciação para a educação e preparação ao mercado de trabalho. Foram criados os projetos (horticultura, Artesanato, Atividade de Vida Diária e Cozinha Experimental). Todos os alunos inscritos nos programas passavam por uma avaliação de habilidades e competências, como indicativo no programa a ser matriculado.

O espaço alugado estava localizado no bairro nas proximidades da escola sede. O local na qual atendia as crianças no referido programa passou a ser designado Escola Anexo do Livre Aprender.

Esta organização física percorreu por três anos sob a direção da professora Zenaide T. Alves e na coordenação pedagógica da professora Jucineide Maria Silva.

Em 2002, tomou posse como diretora a Professora Izaíra da Costa Freitas – biênio 2002/2003.

Com o número de procura de alunos aumentando atrás de vagas, tornou-se difícil à continuidade da proposta em prédios alugados, devido à falta de conservação do prédio, bem como espaço físico para a inserção de novas matriculas.

O prédio na qual funcionava a escola EEEE Livre Aprender (Sede e Anexo), era um prédio velho, que necessitava de reformas urgentes. Mediante as necessidades de conserto

acerca do prédio, na qual passou a não atender as necessidades surgidas no processo de ensino aprendizagem dos alunos matriculados.

Pela dificuldade ora comentada, o corpo docente com o apoio da Comunidade escolar pais encamparam a luta pela construção do prédio próprio. Um espaço que respeitasse as necessidades educativas dos alunos matriculados na referida escola.

Com a luta da Comunidade escolar na construção da sede da referida escola e com o apoio do Ministério público, o governo do Estado de Mato designou e liberou verba para a construção da escola. A referida escola foi prometida com todos os tipos de adaptação do espaço físico, permitindo a acessibilidade dos alunos.

A sede foi inaugurada em 24 de maio de 2005, na administração da professora Izaira da Costa Freitas (segundo mandato). Infelizmente a escola não foi construída no contento e desejo dos educadores acerca as necessidades educacionais dos alunos matriculados. Com apoio do ministério público, o corpo docente tornou a reivindicar as adequações do espaço educativo para o desenvolvimento das práticas de ensino.

Em 2006, a Diretora eleita Professora Waldete da Silva – biênio 2006/2007, deu continuidade às reivindicações.

Assim para a construção das adaptações a escola mudou para um espaço localizado na Avenida Miguel Sutil, no período de 18/06/07 a 23/11/2007, espaço este cedido pela Maçonaria. Durante este período o Governo de Mato Grosso na administração do governador Blairo Maggi, construiu todas as adaptações na escola, tais como: piscina adaptada, banheiro, ampliação das salas de aula, construção do refeitório entre outras.

A atual sede a partir da reforma apresenta uma escola de nível de atendimento aos alunos com Necessidades Educativas Especiais. Constava matriculada na escola cerca 144 alunos, com as mais diferentes patologias, onde recebem atendimento pedagógico para desenvolvimento das habilidades e competências favorecendo a integração social, bem como o direito de cidadania.

Ao término da reforma a escola foi reinaugurada pelo referido governador no dia 26/08/2008, onde consta em funcionamento das ações pedagógicas aos alunos matriculados, sob a gestora Waldete da Silva e Coordenação Professora Leda Mendes de Souza.

No final do ano de 2009, a Professora Leda Mendes de Souza foi eleita como diretora para o biênio 2010 e 2011, tomando posse em Janeiro de 2010, conforme Portaria nº. 003/2010/GS/MT/SEDUC/MT Diário Oficial de 06/01/2010 página 27.

No final de 2011, a atual Diretora foi reeleita para o mandato de 2012-2013.

No final do ano de 2013- foi eleita novamente a Profª Waldete da Silva, que tomou posse em 2014 para conduzir a escola no Biênio de 2014 e 2015.

No ano de 2016 a SEDUC indicou a professora Sonia Regina Castilho Lírio para administrar no Triênio 2016, 2017 e 2018. No mês de outubro/2017, a escola entrou em processo de intervenção/SEDUC, destituindo e nomeando nova equipe gestora ao comando da Diretora Henriete Inês Carvalho Silva, coordenadora pedagógica Márcia Aparecida Molinari e secretária Liliane Dias de Souza. Para o ano letivo/2018 a contratação dos profissionais foi realizada através de um processo seletivo. Em janeiro/2018, a diretora Henriete Inês Carvalho Silva renunciou o cargo, assumindo como diretora a professora Fátima Rosana Farias. Atualmente constam 144 alunos matriculados.

As respostas dos participantes da pesquisa

A fim de compreender a percepção dos professores sobre a relevância da educação especial, aplicou-se um questionário aberto, em que os mesmos podiam relatar seu ponto de vista e dificuldades no exercício da atividade profissional de educação.

A fim de manter o sigilo dos participantes, os mesmos receberam a seguinte nomenclatura: Prof.1; Prof.2; Prof.4 e sucessivamente. As respostas alcançadas são transcritas no decorrer da discussão.

Inicialmente buscou-se saber a formação dos participantes da pesquisa, obtivemos as seguintes respostas dos participantes, conforme a transcrição abaixo:

“Especialista” (Prof.1)

“Pedagogia especializada em educação especial” (Prof.2)

“Pedagogia, pós em educação infantil e educação especial” (Prof.3)

“Pedagogia com especialização em educação especial” (Prof.4)

Quanto ao tempo de exercício da docência em Educação Especial enfatizaram o seguinte:

“20 anos” (Prof.1)

“Ano inicial na educação especial 2001” (Prof.2). Portanto, esse professor apresenta dezessete (17) anos de experiência.

“08 anos” (Prof.3)

“14 anos no magistério” (Prof.4)

Em relação aos desafios encontrados no fazer pedagógico diferenciado dentro da Educação Especial, os participantes disseram o seguinte:

“Falta de recursos de alta tecnologia, comunicar em libras” (Prof.1)

“Primeiramente conhecer as deficiências do aluno e as limitações de cada um” (Prof.2)

“Falta de materiais adequados, ausência de estímulo dos alunos, efeito dos medicamentos (sonolência)” (Prof.3)

“Falta de materiais” (Prof.4)

Em relação ao Projeto político pedagógico (PPP) da escola, se o conheciam e se colocavam em o que está previsto no documento quanto ao ser coordenado aos alunos, os professores responderam:

“Sim, é óbvio” (Prof.1)

“Sim, nosso planejamento tem que estar coerente com as normas que rege o PPP da escola” (Prof.2)

“Sim” (Prof.3)

“Conheço e colocamos sim” (Prof.4)

Sequencialmente questionou-se sobre as Diretrizes Curriculares da Educação Especial, se as conheciam, vejam-se as respostas:

“A resolução n. 2 de 11 de setembro de 2011; lei n. 9293/96 no artigo 2005 a educação como direito de todos (portal do MEC.gov), 1990,1994; Declaração de Salamanca, 2001 – Convenção da Guatemala (1999) promulgada no Brasil pelo Decreto n. 3.956/2001; 2002 Lei n. 10.436/02 e outras” (Prof.1)

“Sim, para fazer um planejamento de aula, o PPP e as diretrizes que regem a educação especial, caminham juntas, é necessário termos conhecimento” (Prof.2)

“Sim, principalmente respeitar o direito de aprender, ignorando as dificuldades físicas, motoras e intelectuais” (Prof.3)

“Conheço a de 2001 MEC, parecer 17/2001” (Prof.4)

Procurou-se saber se os participantes dão continuidade a formação, então se perguntou quando foi a última capacitação que fizeram direcionada a educação especial, responderam o seguinte:

“Transtorno do espectro do autismo, 2017” (Prof.1)

“Foi o atendimento educacional especializado (AEE)” (Prof.2)

“Construção de material pedagógico adequado a alfabetização dos alunos que apresentam dificuldades intelectuais” (Prof.3)

“O PEFE na escola” (Prof.4)

Solicitaram-se aos participantes que citassem ao menos três (03) desafios que encontraram na alfabetizar dos alunos da educação especial, observa-se:

“Na sala de aula de ensino regular é desenvolver as atividades adequadas e no contexto dos demais alunos respeitando os níveis de aprendizagem e de ajudar a interagir com os conteúdos curriculares e com os seus pares” (Prof.1)

“Foi alfabetizar estudantes com autismo, paralisia cerebral, hiperatividade e raciocínio lógico matemático” (Prof.2)

“Comprometimento da família, superara as limitações presentes nos alunos, principalmente questões voltadas ao estímulo, manter a atenção, material adequado, recurso para garantir tecnologia assistida” (Prof.3)

“1 falta de materiais adequados, 2º sala muito cheia, 3º contar o tempo do cognitivo da criança” (Prof.4)

Quanto aos projetos desenvolvidos na educação especial, se questionou quais deles os participantes consideram de maior relevância, responderam o seguinte:

“Leitura na diversidade” (Prof.1)

“São os projetos que envolvem a área de socialização, bem como: as datas comemorativas de cada mês” (Prof.2)

“Projeto Alfabetização, sempre consigo melhorar o nível de alfabetização das turmas que trabalhei” (Prof.3)

“Foi a cozinha experimental e o quarto do AVA” (Prof.4)

A percepção dos professores da Escola Estadual de Educação Especial Livre Aprender

Nota-se que os professores apresentam um longo período de experiência com a educação especial, haja vista que o menor tempo de atuação nessa área é de oito anos. Em relação à experiência vivenciada durante a coleta de dados na Escola Estadual de Educação Especial Livre Aprender infere-se que a EE tem se disseminado enquanto modalidade de ensino, embora os professores atuantes necessitem de uma logística de apoio, a legislação brasileira prevê as seguintes redes de apoio que devem assistir os professores, entre os quais: Atendimento Educacional Especializado (AEE), profissionais da educação especial (intérpretes, professores de braille e libras, entre outros) e da saúde e envolvimento da família

Acredita-se que a educação especial atualmente apresenta inúmeros recursos que visa suprir as demandas das crianças deficientes nos primeiros anos de ensino, ou seja, não é mais concebida como um sistema paralelo ao ensino regular. Conseqüentemente os professores da educação especial devem planejar suas aulas com base nas diversidades e diferenças, considerando as limitações e peculiaridades de cada deficiência, pois assim como no ensino

regular, cada aluno tem seu tempo de aprendizagem, aquisição/assimilação de novos saberes e competências. Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico das instituições de educação especial, inclusive da Escola Estadual de Educação Especial Livre Aprender deve estar comprometido com a diversidade e equidade de oportunidades, em prol da colaboração e cooperação.

Na sala de educação inclusiva, o professor, enquanto coordenador de conteúdos deve propor atividades que possibilitem a construção de conhecimentos por parte de toda a clientela atendida, intervindo quando necessário, mesmo quando o aluno, devido à deficiência, não apresente autonomia para se desenvolver sozinho, contudo fazendo com que o deficiente se sinta capaz, apesar das limitações.

Assim sendo, em seu planejamento, o professor deve contemplar estratégias, métodos de ensino aprendizagem que permitam a resolução dos conflitos cognitivos, promova a construção coletiva com base nas demandas dos alunos, considerando que os ritmos, os recursos necessários e o tempo de aprendizagem se diferenciam em cada um deles.

Em muitas ocasiões, conforme se observou nas falas dos participantes, o professor da educação especial, devido as necessidades e demandas dos alunos deficientes, pode se sentir despreparado, inapto a suprir os mesmos e promover a aquisição de novas competências e conhecimentos.

Mas, como se pode observar nas diretrizes determinadas pela legislação educacional que devem ser contemplados na elaboração do PPP direcionado a educação especial, o professor deve ter acesso a instrumentos que o permita identificar as potencialidades e saberes dos alunos deficientes, pois assim terá informações e condições de estabelecer estratégias de ensino aprendizagem que supram as demandas educacionais dos seus alunos.

Mas, o professor deve ter consciência de sua capacidade de promover uma educação inclusiva, ou seja, deve estar em constante aprimoramento e aperfeiçoamento, através da educação continuada. No que diz respeito aos participantes da pesquisa, pode-se dizer que os mesmo precisam ser motivados a buscar o aperfeiçoamento, participando de novos cursos e especializações, para que assim fiquem cada vez mais aptos a coordenar conhecimentos e competências aos alunos da educação especial.

O relato da experiência

A experiência com a educação especial - na Escola Estadual de Educação Especial Livre Aprender – resultou em autoanálise a respeito da formação e continuidade da mesma, bem como dos métodos e estratégias aplicados.

Percebeu-se que o processo de ensino aprendizagem deve ter como foco a construção de conhecimento, o desenvolvimento pleno das potencialidades dos alunos e sua inserção no ambiente social, utilizando para isso os conteúdos curriculares da base nacional comum e temas transversais trabalhados em sua contextualização favorecendo a compreensão da realidade social. E a Filosofia é facilitar o desenvolvimento das potencialidades criativas, produtivas e de organização de participação social, promovendo a integração no meio em que vive, enquanto indivíduo visando à valorização das diferenças humanas.

Orientar conhecimento aos alunos com deficiência parece muito complicado, pois cada um apresenta suas próprias limitações e necessidades que precisam ser contempladas, desde a elaboração do planejamento. Entretanto, notou-se que os alunos, apesar das dificuldades em decorrência da deficiência, procuram participar das atividades, socializando-se e aprendendo.

A pedagogia lúdica foi a mais utilizada durante o período em que se lidou com os alunos deficientes. Jogos da memória, quebra cabeça, encaixe que são jogos individuais, também se fez uso de jogos cooperativos e coletivos atividades em que um dependia do outro para melhorar seu desempenho. Foram várias as atividades desenvolvidas por eles, as sugestões de brincadeiras trazidas de casa.

Durante a experiência como alunos da educação especial, percebeu-se que ao final do semestre desinibição, tanto dos alunos, como dos professores e dos pais imperava. Todos passaram a participar e a fornecer sugestões para melhorar e ter mais aproveitamento em sala ou em casa.

A partir das experiências e observações, buscou-se desenvolver essa pesquisa a fim de associar as teorias da educação inclusiva, ludicidade e informática no processo de ensino aprendizagem dos alunos deficientes, tanto na educação especial quanto na educação inclusiva.

A atuação se fundamentou no princípio constitucional de que a educação para todos, ou seja, independentemente da condição socioeconômica, étnica, cultural, se tem ou não deficiência. O indivíduo deficiente pode fazer parte da educação especial ou da educação inclusiva, ambos precisam fomentar o desenvolvimento de habilidades, competências e a autonomia desses indivíduos, os quais podem ser produtivos se tiverem uma formação que lhes forneça autonomia e habilidades.

A lei de diretrizes bases da educação brasileira aponta os caminhos a serem seguidos tanto pela educação especial como a educação inclusiva. A inclusão é encarada como um processo de adaptação do indivíduo a sociedade, para tanto, o primeiro ambiente de socialização do deficiente é a escola, portanto, a mesmo deve ofertar as oportunidades e ferramentas

necessárias para se desenvolver competências e autonomia; crer que os deficientes possuem capacidade cognitiva que os permite aprender.

A história da educação brasileira destaca que os alunos deficientes geralmente eram inseridos em escolas voltadas tão somente a atender as necessidades dos mesmos - educação especial. Atualmente, as estratégias visam a inserir os indivíduos deficientes em sala de aula de ensino regular, o que tem resultado em troca de experiências entre os professores o que provoca uma aproximação entre o ensino especial e o inclusivo.

Acredita-se que a integração possibilita que a prática e o processo de ensino aprendizagem dos deficientes melhorar de forma gradual e dinâmica em conformidade com as necessidades dos alunos deficientes ou não. Enfim, a integração implicada transformação nas ações pedagógicas, nas estratégias de ensino e até mesmo o aperfeiçoamento contínuo dos professores.

Considerações finais

A educação formal permite o desenvolvimento de todo indivíduo, inclusive das pessoas deficientes que ao serem contemplados e inseridos nas escolas vem assegurado o seu direito a cidadania, ao crescimento, além de se sentirem respeitados com possibilidade de autonomia e independência.

Embora a inserção das crianças deficientes nas ditas salas regulares implica em romper estigmas, preconceitos, bem como barreiras e imposições. A inclusão deve ocorrer progressivamente, com análise e avaliação de suas etapas. A discussão pontuada neste estudo verificou-se: a diversidade e/ou multiculturalidade evidencia a relevância de se promover a aceitação e valorização das diferenças, a escola deve fornecer uma educação de qualidade, eficiente e eficaz a todos; a inserção do deficiente no ensino regular implica investimento financeiro na infraestrutura, em recursos e na capacitação dos profissionais (professores, auxiliares, coordenadores, entre outros) que lidarão direta ou indiretamente com os alunos deficientes; todos devem estar envolvidos com a educação inclusiva (professores, gestores, pais, funcionários, etc.) com vistas à qualidade e eficiência no ensino e aprendizagem; □ a formação continuada deve ser uma prerrogativa de todos os professores, principalmente daqueles que atende aos alunos com deficiência, para que possam ofertar qualidade e eficiência ao processo de formação; □ alguns termos pejorativos devem ser extintos do contexto escolar, e ainda deve-se procurar desvincular as potencialidades do indivíduo deficiente das dificuldades; □ a preparação para orientar e construir conhecimentos aos alunos deficientes deve ocorrer de forma gradativa, progressiva e interativa.

A educação inclusiva ainda lida com inúmeras dificuldades, mas vem galgando melhorias, afinal os problemas existentes afetam a escola como um todo, tanto na inclusão como no ensino regular, há poucos ou nenhum recursos material, tecnológico, bem como escassez de profissionais capacitados, baixos salários, triplas jornadas, entre outros problemas notórios no ensino público brasileiro. Portanto, quando se insere os alunos deficientes no ensino regular, novos desafios precisam ser vencidos para se aprimorar a qualidade e eficiência da educação.

Quanto às pedagogias, métodos e processos de ensino aprendizagem, desde o planejamento até a execução devem ser formulados levando-se em consideração as diferenças, diversidades e as deficiências presentes nas salas de aula, ou seja, o currículo deve atender a todos, sem divisões ou subdivisões. Em suma, não deve haver um currículo ou pedagogia direcionada tão somente aos alunos com deficiência e outro aos "normais".

A luta por uma educação inclusiva ainda deve percorrer uma longa trajetória, pois ainda não se pode dizer que as oportunidades são iguais a todos os indivíduos, deficientes ou não.

Imprescindivelmente deve-se investir mais e mais no aperfeiçoamento dos profissionais da educação, tanto daqueles que atuam na educação especial quanto do ensino regular, pois uma educação de qualidade, eficiente e eficaz permite o crescimento e desenvolvimento de um país.

Referências

- ALONSO, D. Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula. **Nova escola**, dez. 2013.
- BARRETO, F. C. **Estratégias docentes eficazes**. Quando a neurociência, as teorias de aprendizagem e a prática do professor se complementam. eBook Kindle, 2014.
- BIANCHETTI, L.; FREIRE, I. M. **Um olhar sobre a diferença**. 9. ed. Campinas: Papyrus, 2008.
- CARNEIRO, R. U. C.; DALL'ACQUA, M. J. C.; CARAMORI, P. M. **Educação especial e inclusiva. Mudanças para a escola e sociedade**. Jundáí, SP: Paco editorial, 2013.
- CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva com os pingos nos is**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- CASTILHO, E. W. V. **O papel da escola para a educação inclusiva**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009, pp. 108- 119.
- COSTA, M. C. de A.; FREITAS, M. N. de C.; FREITAS, M. C. Qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual: perspectiva dos professores. **Revista Educação Especial**, v. 32, 2019, Santa Maria.
- DAVID, C. M.; SILVA, H. M. G. da; RIBEIRO, R.; LEMES, S. de S.; et al. **Desafios contemporâneos da educação**. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP, 2015.
- DELGADO, I. C.; BARBOSA, T. M. M. F.; MACEDO, B. S. O. de; LIMA, C. K. M. de; REGIS, M. S.; LIMA, I. L. B.; ALVES, G. A. dos S. Estratégias de letramento voltadas à intervenção